

PIB 2012 DEPENDE DA EUROPA E NOVOS CORTES DA SELIC, DIZEM ECONOMISTAS

Agência Estado, 5.12.2011

Economistas desenvolvimentistas favoráveis à política econômica do governo acreditam ser muito difícil, porém possível, que a administração Dilma Rousseff consiga fazer com que o crescimento em 2012 seja maior que o de 2011 - que para eles deve ficar no máximo em 3,5%. "Meu amigo ministro Mantega é muito otimista", comentou o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Para esses acadêmicos, reunidos hoje em torno do seminário "Vida e Obra: Bresser-Pereira", que está sendo realizado até amanhã na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), o principal obstáculo para que o Produto Interno Bruto (PIB) atinja o objetivo de expansão de 5% no ano que vem, como vem se manifestando o ministro da Fazenda, Guido Mantega, é o processo de agravamento da crise na Europa. Por isso, defendem que o governo seja mais agressivo no processo de redução dos juros básicos, a ponto de levar a Selic para um dígito nos próximos meses, sem abrir mão de um rigoroso controle fiscal.

"Até poderemos crescer mais em 2012 do que neste ano, caso as autoridades da zona do euro adotem uma medida fundamental, que é permitir que o Banco Central Europeu (BCE) possa emitir eurobônus", comentou Bresser-Pereira.

Segundo o ex-ministro, a criação desse título pelo BCE dará condições para que bancos privados europeus em dificuldades não quebrem e também para que países importantes do continente possam ter uma solução de suas elevadas dívidas soberanas, evitando o risco drástico de default. "Se os eurobônus não forem adotados, o euro acaba, o que pode levar o mundo a uma recessão que nos atingiria com força", afirmou.

Para a linha de pensamento desses economistas, que tem a simpatia de autoridades do governo como a presidente Dilma

Rousseff e o ministro da Fazenda, o Estado é fundamental para promover o desenvolvimento econômico e social, pois não acreditam em mercados eficientes nem no uso perfeito de informações pelos agentes econômicos. Eles sempre defendem, porém, grande rigor fiscal por parte da administração pública.

Selic

Caso a Europa encontre uma solução nos próximos meses relacionada à criação do eurobônus, evitando assim o colapso da zona do euro, o Brasil pode, na opinião desses economistas, ter uma expansão até um pouco melhor em 2012 do que neste ano. Na avaliação do diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Yoshiaki Nakano, o governo fará bem se continuar a estratégia de redução da taxa de juros nominal para um dígito nos próximos trimestres.

Para Nakano, o governo está certo ao tentar estimular o nível doméstico de atividade, já que ocorreu forte desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB) neste segundo semestre, o que está sendo constatado também pela redução do ritmo do IPCA. "Do início de 2010 a abril de 2011, a inflação atingiu uma média mensal próxima a 0,77%, o que anualizado fica acima de 9%, e isso é bem alto. Contudo, de maio para cá, a inflação média está ao redor de 0,40%, ou seja, a inflação está na meta."

Nakano elogiou o desempenho do BC. "O Banco Central teve o mérito, a partir de agosto deste ano, de mostrar à sociedade que o nível da inflação mudou e era preciso tomar medidas preventivas, como a redução dos juros, para buscar a reativação da economia", afirmou.

Bresser endossou a opinião de Nakano. "Com a inflexão da política monetária, o Banco Central voltou a se tornar uma instituição do Estado", comentou.

Nakano ressaltou, contudo, que preferiria que o governo aumentasse a velocidade de queda da Selic, em vez de ter adotado

medidas para estimular a demanda agregada, como redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a linha branca e relaxamento no crédito.

Na avaliação do professor Nelson Marconi, coordenador da graduação da Escola de Economia de São Paulo da FGV, a distensão das medidas macroprudenciais na área de crédito tem lógica, mas a conjuntura da economia deve gerar efeitos positivos no consumo doméstico abaixo do esperado pelo governo.

Marconi ressalta que o consumo das famílias está num nível razoável, porém a produção industrial indica estagnação há mais de um ano e possivelmente deve crescer apenas 1% neste ano. "Como ocorrem os vazamentos das importações, as medidas adotadas recentemente não necessariamente vão estimular de forma substancial a produção das indústrias", comentou.

Segundo Marconi, três conjuntos de medidas seriam mais adequados para reaquecer o nível de atividade: redução firme dos juros nominais, avanço dos investimentos de longo prazo pelos setores público e privado, especialmente em infraestrutura, e política fiscal mais apertada na área de custeio da máquina administrativa federal.

Desindexação

Para os acadêmicos, o nível de investimento no País avançaria de forma bem mais rápida se o governo começasse a agir de forma gradual, mas constante, no processo de desindexação da economia, especialmente o relacionado à emissão de títulos públicos atrelados à variação da Selic.

"Seria preciso que o Poder Executivo definisse como prioritária a aprovação de uma lei pelo Congresso de desindexação da economia", defendeu Bresser-Pereira. "Além disso, também seria importante uma redução paulatina, que vai levar alguns anos, das obrigações do Tesouro vinculadas à variação da Selic. Este é um processo longo, mas que precisa começar."

Na opinião de Nakano, o Tesouro Nacional deveria imediatamente parar de emitir Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) - títulos atrelados à variação da Selic. "Com isso, muitos recursos privados, que são canalizados para a dívida pública, vão se encaminhar para outros ativos, especialmente os do setor produtivo, como projetos de longo prazo na infraestrutura de que o Brasil tanto precisa", comentou. "Seria uma colaboração muito forte para que nossa taxa de investimento, como proporção do PIB, avançasse para níveis bem mais adequados."

Outro ponto defendido por Nakano é uma redução substancial do volume de recursos públicos dedicados às operações compromissadas realizadas pelo Banco Central (BC). "São operações que envolvem recursos muito grandes por parte do Estado e sua redução também colaboraria para ampliar o montante de investimentos de longa maturação no País", disse. (Ricardo Leopoldo)